

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PLANO TÁTICO 2017

DESPESAS DE PESSOAL

*Ministério da Transparência e
Controladoria-Geral da União - CGU*



**MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

SAS, Quadra 01, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro
70070-905 – Brasília-DF
cgu@cgu.gov.br

Wagner de Campos Rosário

Ministro Substituto da Transparência e Controladoria-Geral da União

José Marcelo Castro de Carvalho

Secretário-Executivo Substituto

Antônio Carlos Bezerra Leonel

Secretário Federal de Controle Interno

Gilberto Waller Junior

Ouvidor-Geral da União

Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega

Corregedor-Geral da União

Cláudia Taya

Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção

Brasília, maio de 2018.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. QUAL O TRABALHO REALIZADO PELA CGU?	4
3. QUAL A OPINIÃO DA CGU E QUAIS SÃO OS PRÓXIMOS PASSOS?	7
4. ANEXO	8

1. INTRODUÇÃO

A folha de pagamentos dos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal, jurisdicionados à CGU¹ representa aos cofres públicos aproximadamente R\$ 97 bilhões por ano e contemplam pagamento de Pessoal Ativo da União, de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis e de Pessoal Ativo dos Extintos Estados e Territórios.

A Auditoria de Pessoal visa assegurar a legalidade desses pagamentos, verificando a ocorrência de eventuais inconsistências e as consequentes medidas mitigadoras adotadas para corrigi-las. A despesa em questão representa o segundo maior dispêndio mensal da União, perdendo apenas para a Previdência Social.

Presentes os critérios de relevância, materialidade e criticidade, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) elegeu para receber análise mais detida as “Despesas de Pessoal”, inclusive fazendo constá-la em seu Plano Tático 2017.

2. QUAL O TRABALHO REALIZADO PELA CGU?

Neste sentido, o presente relatório apresenta a síntese de uma série de avaliações com contribuições relevantes para o adequado gasto com pessoal.

Trilhas de Auditoria de Pessoal:

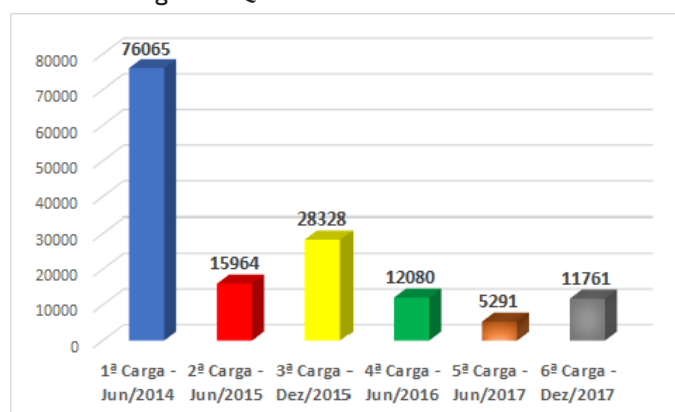
Desenvolvidas pela CGU, as trilhas de auditoria de pessoal têm por objetivo identificar inconsistências cadastrais ou de pagamentos com base em indicadores, elaborados a partir de levantamentos e cruzamentos de informações do SIAPE. Outros indicadores são gerados em decorrência das diligências formuladas nos processos de concessão de aposentadorias e pensões, bem como das impropriedades apontadas nas auditorias realizadas pela própria CGU.

O trabalho de trilhas de auditoria de pessoal colaborou para impedir pagamentos indevidos na ordem de R\$ 1,3 bilhões desde 2010, possibilitando a correção dos pagamentos irregulares pelas Unidades Jurisdicionadas. O resultado das trilhas também é repassado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), para providências corretivas e inclusão de várias dessas trilhas no SIAPE, ocasionando a redução, no Sistema de Trilhas de Auditoria da CGU, da quantidade de trilhas de 62, em junho de 2014, para 14 atualmente.

Com essas ações, a quantidade de inconsistências na folha de pagamento tem diminuído, com aumentos pontuais quando são desenvolvidas e inseridas novas trilhas, conforme demonstrado na figura a seguir:

¹ Estão excluídos os servidores vinculados à Presidência da República, Forças Armadas (Ministério da Defesa) e do serviço diplomático e consular brasileiro (Ministério das Relações Exteriores), que possuem órgãos de controle interno próprios (Cisets) responsáveis por essa análise.

Figura 1: Quantidade de Inconsistências

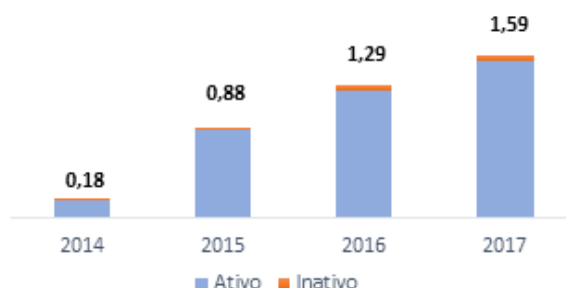


Obs: nas 3ª e 6ª Cargas houve acréscimo de novas trilhas

Instituições Federais de Ensino

Entre 2014 e 2017, as Instituições Federais de Ensino (IFEs) realizaram pagamentos de Retribuição por Titulação por meio do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) no montante de R\$ 3,95 bilhões, conforme figura 2. Auditorias realizadas pela CGU detectaram distorções e falhas que enfraquecem a característica meritocrática desta gratificação, como a ausência de padronização de regras para concessão, além da identificação de que, em alguns casos, a decisão da concessão desse benefício depende da decisão de um único servidor.

Figura 2 – Valores pagos a título de RSC (em R\$ bilhões)



Quanto à flexibilização da jornada de trabalho prevista no Decreto nº 1.590/1995, de um total de 89 Auditorias Anuais de Contas, a CGU identificou irregularidades na concessão dessa redução em 64 delas. Em 10 instituições foi constatada a concessão generalizada de redução da jornada de trabalho, a grande parte do quadro técnico administrativo.

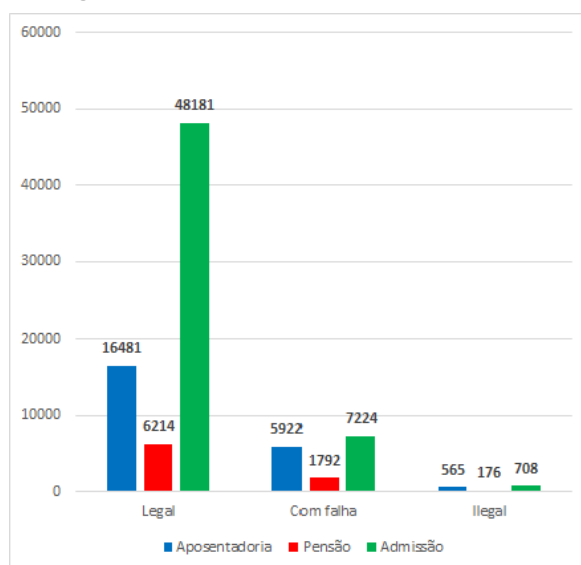
Em cerca de 50% das Auditorias Anuais de Contas realizadas nas IFEs em 2016 e 2017, foram constatados indícios de acumulação ilegal de cargos em situações vedadas pela Constituição Federal/1988, pela Lei nº 8.112/1990 e por acumulações que, ainda que legais, perfazem jornadas de trabalho superiores às razoáveis 60 horas semanais, prejudicando, inclusive, a produtividade e eficiência das atividades laborais dos servidores envolvidos, ocasionando prejuízo ao erário. Na trilha de auditoria que envolve professores com dedicação Exclusiva e com serviços em outras instituições, foram constatados 373 casos, que serão analisados no exercício de 2018.

Também foram identificadas concessões de adicional de insalubridade sem fundamentação legal. No âmbito das IFEs, essa despesa representou aproximadamente R\$ 490,7 milhões em 2017 (cerca de 5,3% dos servidores efetivos dos Institutos Federais e 24,4% das Universidades).

Processos de Admissão, Aposentadorias e Pensões

A CGU realiza verificações quanto à exatidão e suficiência de dados relativos à admissão, aposentadoria e pensão, emitindo pareceres sobre tais atos para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União - TCU. A atividade envolve um número elevado de processos, os quais apresentam ilegalidades de forma residual, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 3: Atos de Pessoal analisados em 2017



Diante deste cenário, a CGU e o TCU, desenvolveram em conjunto o e-Pessoal, sistema de inserção eletrônica das Admissões, Aposentadorias e Pensões, em substituição ao SISAC/TCU. Essa evolução permite a melhoria da qualidade dos dados, em virtude de críticas eletrônicas no próprio Sistema – que está integrado com outras bases de dados (Receita, SIAPE, etc.), mitigando o envio do ato à CGU com impropriedades, possibilitando análises amostrais, o que agiliza a análise dos atos de pessoal possibilitando aumento de produtividade em quase 100%.

Transposição de servidores do Amapá, Rondônia e Roraima aos quadros da União

Ao todo, 47,5 mil servidores dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima pleitearam o ingresso aos quadros da União com base na Emenda Constitucional n.º 98/2017, cuja transposição está sob a responsabilidade da Comissão Especial dos Ex-Territórios – CEEXT do MPDG. Com esse ingresso, o montante anual da folha de pagamento para servidores dos ex-territórios passará de R\$ 3 bilhões/ano. Porém, por meio de avaliações e cruzamento de dados realizados pela CGU, verificou-se a existência de indícios de transposições irregulares, com mais de 2.100 inconsistências identificadas, resultando na recomendação de aprimoramento dos controles exercidos sobre os pleitos e a necessidade de integração com outras bases de dados oficiais para robustecer o processo de concessão, inibindo concessões indevidas, o que permitirá à União economizar mais de R\$ 93 milhões/ano (3,2% da folha de pagamento).

3. QUAL A OPINIÃO DA CGU E QUAIS SÃO OS PRÓXIMOS PASSOS?

A atuação da CGU na análise das folhas de pagamentos, além de contribuir para o aprimoramento na aplicação da legislação de pessoal, evitou o pagamento de mais de R\$ 1,3 bilhões nos últimos 7 anos, com o encaminhamento sistemático destes dados para o MPDG, o qual tem orientado as Unidades e incluído, no SIAPE, filtros para mitigar o risco de pagamentos indevidos. Entre as modificações efetuadas no SIAPE, cita-se a criação dos módulos de aposentadoria e de faltas. No primeiro há funcionalidades que impedem a aposentadoria do servidor caso não haja atendimento aos requisitos para sua concessão. Já no módulo de faltas estão contempladas as possibilidades de lançamento e cobrança de valores.

No tocante à análise de atos de admissão e de concessão de aposentadoria e pensão, há a necessidade de ampliar a automatização iniciada com o lançamento do Sistema e-Pessoal, a fim de otimizar a distribuição da força de trabalho da CGU, possibilitando a ampliação de suas ações para outras atividades no campo de Auditoria de Pessoal.

A avaliação da Despesa de Pessoal é atividade contínua na SFC, e, dada sua relevância e materialidade, está contemplada no Plano Tático de 2018/2019, como abordagem do tema "Qualidade do Gasto". As ações em curso serão ampliadas com a inclusão de análises relativas às despesas com remuneração de pessoal das empresas estatais, que representam um montante anual de R\$ 110 bilhões.

4. ANEXO

1. Relatório de Avaliação por Área de Gestão n.º 2 – Gastos da Folha de Pagamento de Pessoal, de 31/12/2015: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/3266.pdf>
2. Relatório 201700836 de Avaliação dos Resultados da Gestão na Unidade GAB MIN/MDSA - Exercício 2016: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10706.pdf>
3. Relatório nº 201800123 - Relatório de Avaliação dos Resultados da Gestão - Comissão Especial dos Ex-Territórios (CEEXT): <https://auditoria.cgu.gov.br/download/10694.pdf>
4. Relatórios das Instituições Federais de Ensino

OS nº	Link
201600409	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9065.pdf
201601417	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9098.pdf
201601448	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8852.pdf
201601449	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8853.pdf
201601451	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9089.pdf
201601452	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9154.pdf
201601453	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9329.pdf
201601454	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9317.pdf
201601455	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9428.pdf
201601456	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8851.pdf
201601457	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9429.pdf
201601458	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8882.pdf
201601459	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9069.pdf
201601460	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9070.pdf
201601464	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9557.pdf

OS nº	Link
201601465	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8857.pdf
201601466	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8912.pdf
201601487	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9092.pdf
201601488	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9131.pdf
201601489	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9132.pdf
201601491	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8894.pdf
201601496	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8901.pdf
201601500	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8895.pdf
201601503	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8921.pdf
201601504	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8893.pdf
201601505	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8918.pdf
201601507	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8903.pdf
201601509	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8899.pdf
201601510	https://auditoria.cgu.gov.br/download/8890.pdf
201601513	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9093.pdf
201601515	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9062.pdf
201700819	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10840.pdf
201700830	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9889.pdf
201700831	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10093.pdf
201700832	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10632.pdf
201700833	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10111.pdf

OS nº	Link
201700835	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10034.pdf
201700837	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10491.pdf
201700838	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10478.pdf
201700839	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9930.pdf
201700841	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10023.pdf
201700842	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9868.pdf
201700845	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10392.pdf
201700848	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10030.pdf
201700852	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9949.pdf
201700853	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10489.pdf
201700854	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9963.pdf
201700856	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10087.pdf
201700857	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10045.pdf
201700860	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10092.pdf
201700861	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10099.pdf
201700862	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10098.pdf
201700865	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9931.pdf
201700867	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9979.pdf
201700869	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9914.pdf
201700870	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9985.pdf
201700871	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10032.pdf
201700872	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10235.pdf

OS nº	Link
201700876	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9962.pdf
201700877	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9966.pdf
201700878	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10658.pdf
201700879	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10599.pdf
201700939	https://auditoria.cgu.gov.br/download/10381.pdf
201700880	https://auditoria.cgu.gov.br/download/9982.pdf